

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atoação

A S3 Caceis, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na subscrição em consórcio com outras sociedades, nas emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários e intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R\$160 milhões, correspondente a R\$92,05 por lote de mil ações e rentabilidade anualizada de 15,02% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 12,12% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.108 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$1.335 milhões, destacando-se R\$766 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R\$117 milhões e Passivos Fiscais no montante de R\$60 milhões.

Eventos Societários

Em 27 de junho de 2019, Banco Santander, S.A. ("Santander") e Crédit Agricole, S.A. ("CASA") celebraram um acordo de investimento para a integração do Grupo Santander Securities Services e Grupo CACEIS para criação de um negócio global de serviços de custódia e gestão de ativos ("Transação"). Com a conclusão da Transação, em 17 de dezembro de 2019, Santander e CASA passaram a deter o controle de uma nova holding, Santander Securities Services

Latam Holding, S.L.U., que passou a deter participações acionárias anteriormente detidas pela Santander Securities Services, SAU, incluindo 100% do capital social da S3 Caceis Brasil Participações S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ("S3 Caceis Participações") e, indiretamente, 100% do capital social da S3 Caceis Brasil DTVM S.A., atual denominação da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("S3 Caceis Brasil DTVM", em conjunto com a S3 Caceis Participações "S3 Caceis"). Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de maio de 2021, foi deliberada e aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Santander Caceis Brasil DTVM S.A. para S3 Caceis Brasil DTVM S.A., homologado pelo Banco Central do Brasil.

Auditoria Independente

A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A S3 Caceis informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 29 de março de 2023.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo Circulante e Não Circulante		1.335.003	1.307.707	
Disponibilidades	4	379	562	
Instrumentos Financeiros		765.698	721.725	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	765.698	721.725	
Outros Ativos	7	50.380	48.609	
Ativos Fiscais	6.a	25.278	13.074	
Correntes		12.663	1.169	
Diferidos		12.615	11.905	
Investimentos		-	1	
Outros Investimentos		-	-	
Imobilizado de Uso	8	663	852	
Outras Imobilizações de Uso		1.622	1.622	
(Depreciações Acumuladas)		(959)	(770)	
Intangível	9	492.605	522.884	
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055	
Outros Ativos Intangíveis		637.946	598.820	
(Amortizações Acumuladas)		(468.396)	(398.991)	
Total do Ativo		1.335.003	1.307.707	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		840.313	30.662	76.791	259	-	948.025
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	87	-	87
Lucro Líquido		-	-	-	-	115.264	115.264
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	5.763	-	-	(5.763)	-
Juros sobre Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	(47.400)	(47.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	31.050	-	(31.050)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	-	-	(31.051)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		840.313	36.425	138.892	346	-	1.015.976
Mutações no Exercício		-	5.763	62.101	87	-	67.951
Saldos em 31 de dezembro de 2022		840.313	36.425	138.892	346	-	1.015.976
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(173)	-	(173)
Lucro Líquido		-	-	-	-	160.164	160.164
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	8.008	-	-	(8.008)	-
Juros sobre Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	42.078	-	(42.078)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	42.078	-	(42.078)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		840.313	44.433	223.048	173	-	1.107.967
Mutações no Exercício		-	8.008	84.156	(79)	-	91.985
Saldos em 30 de Junho de 2022		840.313	39.452	196.396	252	-	1.076.413
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(79)	-	(79)
Lucro Líquido		-	-	-	-	99.633	99.633
Destinações:							
Reserva Legal	13.c	-	4.981	-	-	(4.981)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.b	-	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	13.326	-	(13.326)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	13.326	-	(13.326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		840.313	44.433	223.048	173	-	1.107.967
Mutações no Período		-	4.981	26.652	(79)	-	31.554

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encaregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da S3 Caceis são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. A S3 Caceis já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A S3 Caceis já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. A S3 Caceis já adota os procedimentos estabelecidos.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela S3 Caceis, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda dependem de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A S3 Caceis está avaliando impactos desta normativa.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.o).

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.o).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 29 de março de 2023.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a incidência ou taxas oficiais, *pro rata* dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e) Rendas a Receber

Refer-se às provisões para perdas de Rendas a Receber, são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h) Intangível

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor. Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 9.a).

Os gastos de aquisição de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 9.a).

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou ainda serem complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 12.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

j) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Derivado ou superavali é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2022	31/12/2021			
Impostos e Contribuições a Pagar	11.205	8.228			
Impostos e Contribuições sobre Lucros	47.962	53.827			
Provisão para Tributos Diferidos	700	761			
Total	59.867	62.816			
Circulante	59.167	62.055			
Não-Circulante	700	761			

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens	Saldo em 31/12/2022	31/12/2021	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2022
Plano de Benefícios - Efeito no Resultado	1.461	1.327	531	55	-	586
Plano de Benefícios - Efeito no Patrimônio Líquido	288	577	230	-	(116)	114
Total	1.749	1.904	761	55	(116)	700

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2022		
	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL
2023	44	26	70
2024	44	26	70
2025	44	26	70
2026	44	26	70
2027	44	26	70
2028 a 2032	219	131	350
Total	439	261	700

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	249.570	200.194
Participações no Lucro	(16.003)	(11.968)
Resultado antes dos Impostos	233.567	188.226
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 16% (2021 – 25% e 15%), respectivamente (1)	(94.434)	(80.339)
Despesas Indeclináveis Líquidas de Recelitas não Tributáveis	(6.702)	(13.265)
Imposto e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	27.890	21.330
Anteriores	(141)	-
Demais Ajustes, CSLL 1% (2021 – 5%)	(46)	(499)
Demais Ajustes	40	(189)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(73.403)	(72.962)

(1) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Despesa com PIS	2.462	2.413
Despesa com Cofins	15.151	14.850
Despesa com ISS	17.248	16.784
Outras	204	120
Total	35.065	34.167

7. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Administração de Fundos de Investimentos	23.193	22.200
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	11.084	10.597
Outras Rendas a Receber	2.921	4.808
(1) Provisões para Perdas	(1.115)	(1.355)
Devedores por Depósitos em Garantia	294	225
Para Interposição de Recursos Fiscais	2.782	2.340
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.144	300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	4.425	4.774
Adiantamentos e Antecipações Salariais	289	262
Plano de Benefícios a Funcionários	1.749	1.904
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	2.463	1.969
Devedores Diversos - País	294	254
Despesas Antecipadas	981	254
Outros	180	331
Total	50.380	48.609
Circulante	38.766	38.788
Não-Circulante	11.614	9.821

8. Imobilizado de Uso

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo Depreciação Residual	Custo Depreciação Residual		
Outras Imobilizações de Uso de Sistemas de Processamento de Dados	202	(201)	1	202
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(567)	498	1.065
Beneficentários em Imóveis de Terceiros	355	(191)	164	355
Total	1.622	(959)	663	1.622

9. Intangível

	31/12/2022			31/12/2021		
	Vida Útil (em anos)	Custo Amortização	Total	Custo Amortização	Total	
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio						
Outros Ativos Intangíveis	10	323.055	(236.907)	86.148	323.055	(204.601)
Lucrais	Até 5	637.946	(231.489)	406.457	598.820	(194.390)
Relacionamento com Clientes:		154.324	(46.636)	147.688	155.198	(34.744)
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(84.446)	168.891	253.337	(72.930)
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(23.021)	61.737	84.758	(19.882)
Outros Clientes	10	105.527	(77.386)	28.141	105.527	(66.834)
Total		961.001	(468.396)	492.605	921.875	(398.991)

10. Outros Passivos Financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Cretores - Conta Liquidações Pendentes	116.621	185.049
Total	116.621	185.049
Circulante	116.621	185.049

11. Outros Passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Pagamentos a Etetuar		
Despesas de Pessoal	18.813	15.779
Despesas Administrativas	8.494	9.573
Outros Pagamentos Sociais e Estatutárias	2.369	2.175
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12.b)	3.195	2.605
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12.b)	3.974	3.247
Cretores Diversos - País	8.114	6.950
Total	50.548	43.866
Circulante	32.409	26.258
Não-Circulante	18.139	17.608

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2022			01/01 a 31/12/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	3.247	6.060	890	3.005	5.695	517
Constituição Líquida de Reversão (1)	333	24	(70)	126	(307)	325
Atualização Monetária	291	877	1	88	208	-
Baixas por Pagamentos	(7)	(388)	-	-	(154)	-
Outros (3)	110	720	-	28	618	48
Saldo Final	3.974	7.293	821	3.247	6.060	890
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	-	968	-	-	250	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Referem-se à constituição de provisão de contingência dos casos cuja responsabilidade é compartilhada com o Banco Santander.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.087 (31/12/2021 - R\$873): a S3 Caceis interpôs medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas.

Desmutilização de Ações - RS446 (31/12/2021 - RS429), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera perda.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$7.197 milhões em 31 de dezembro de 2022, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2022, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2.640 milhões.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Em milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRFF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	24.000	3.600	20.400	13,79
Juros sobre o Capital Próprio (2)	47.400	7.110	40.290	27,24
Juros sobre o Capital Próprio (3)	68.000	10.200	57.800	39,08
Total	139.400	20.910	118.490	

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2020, pagos no dia 26 de janeiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2021, pagos no dia 26 de novembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2022, pagos no dia 21 de dezembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2022 em até R\$18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo
A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Remuneração Fixa	4.488	3.886
Remuneração Variável - em espécie	1.208	1.224
Remuneração Variável - em ações	1.201	1.257
Outras	304	307
Total dos Benefícios de Curto Prazo	7.201	6.674
Remuneração Variável - em espécie	980	1.011
Remuneração Variável - em ações	965	1.046
Total dos Benefícios de Longo Prazo	1.945	2.057

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.369 (31/12/2021 - R\$1.185).

iii. Rescisão de Contrato
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária
A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Recelitas (Despesas)	
	01/01 a 31/12/2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Nota 4)	379	562	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	379	562	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	765.698	721.725	87.273	25.372
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	565.239	721.725	86.815	25.372
Outras (3)	200.459	-	458	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	10.699	12.286	69.572	80.055
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	10.699	12.286	69.572	80.028
Universia Brasil S.A. (2)	-	-	-	2
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	-	25
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(2.580)	(3)	(5.877)	(13.554)
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	-	-	(5.617)	(5.465)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(227)	(164)
Universia Brasil S.A. (2)	-	-	(3)	(125)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(2.580)	-	-	(7.800)
Outros Passivos - Diversos	(9.880)	(9.238)	(9.146)	(8.911)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(9.146)	(8.731)
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.090)	(9.168)	-	-
Banco Santander (México), S.A.	(790)	(70)	-	-
Santander Tecnologia (2)	-	-	-	(180)

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(3) Refere-se a outras instituições.

15. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	265.382	254.369
Rendas de Serviços de Custódia	106.243	